

ESTRUTURA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE UM ÍNDICE DE DINÂMICA ECONÔMICA LOCAL - INDEL

METHODOLOGICAL STRUCTURE FOR CONSTRUCTION OF A LOCAL ECONOMIC DYNAMICS INDEX - INDEL

Alcimar das Chagas Ribeiro

 <https://orcid.org/0000-0002-7954-7118>

Correspondência: alcimar@uenf.br

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF.

DOI: 10.12957/cdf.2023.74055

Recebido em: 09 mar. 2023 | **Aceito em:** 19 out. 2023

RESUMO

Indicadores tradicionalmente usados para entender a dinâmica econômica de países ou regiões, tais como: produto interno bruto, emprego formal, rendimento do trabalho, produto interno bruto per capita, dentre outros, não têm conseguido dar boas respostas a questão do desenvolvimento econômico. Neste contexto o artigo apresenta uma estrutura metodológica para economias locais, através da seleção de indicadores mais realísticos, tais como: investimento público, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, movimentação bancária, emprego e renda no comércio e estoque complementar do trabalho formal à parcela de vínculos dependentes dos benefícios sociais. Os indicadores compostos foram ponderados na formatação de um indicador médio dentro de uma escala de 0 a 1. A aplicação nos municípios da região Norte Fluminense possibilitou indicações diferenciadas do padrão de dinâmica econômica local relativo à estrutura de riqueza fixada do espaço analisado.

Palavras-chave: dinâmica econômica local; produtividade dos fatores; gestão pública; riqueza fixada.

ABSTRACT

Indicators traditionally used to understand the economic dynamics of countries or regions, such as: gross domestic product, formal employment, labor income, gross domestic product per capita, among others, have not been able to provide good answers to the issue of economic development. In this context, the article presents a methodological structure for local economies, through the selection of more realistic indicators, such as: public investment, tax on the circulation of goods and services, bank transactions, employment and income in commerce and complementary stock of formal work to the portion of bonds dependent on social benefits. The composite indicators were weighted in the formatting of an average indicator within a scale of 0 to 1. The application in the municipalities of the North Fluminense region allowed differentiated indications of the pattern of local economic dynamics related to the fixed wealth structure of the analyzed space.

Keywords: local economic dynamics; factor productivity; public management; fixed wealth.



1 INTRODUÇÃO

Os esforços dirigidos no âmbito do levantamento, sistematização e análise de indicadores para observar o padrão de dinâmica econômica, ou mesmo, classificar o nível de desenvolvimento de países ou regiões, com vista a debelar a desigualdade social, tem apresentado dificuldades, já que importantes aspectos normalmente não têm sido observados. A exemplo das marcantes diferenças econômicas entre países e, mesmo no interior destes, assim como, o necessário entendimento da capacidade competitiva das unidades produtivas no contexto regional. Nesse caso, especificamente, é fundamental o olhar para os territórios observando seus recursos potencialmente importantes para a geração de riqueza, assim como, é estratégico o processo de reestruturação produtiva mesoeconômica (Ribeiro; Hasenclever, 2017).

Sobre território, Saquet (2004) considera que pode ser caracterizado como um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos das dimensões variam para cada lugar e momento e/ou período histórico.

Ainda Becatinni (1996) considera território como um “recurso” específico, um ator principal no desenvolvimento econômico e não apenas um mero espaço ou estrutura para atividades econômicas ou sociais. Para o autor o território produz efeitos e oferece benefícios específicos para a economia local.

Neste caso, a discussão se solidifica no fundamento de que o processo de desenvolvimento econômico não ocorre de maneira igual e simultânea em toda a parte. Trata-se de um processo bastante irregular que precisa ser induzido, observando o seu potencial de crescimento (Lima; Simões, 2010).

A dinâmica econômica regional, surge então, como fundamento essencial no processo. Apesar das dificuldades reais por se tratar de um estudo complexo das inter-relações existentes inter e entre diferentes localidades, torna-se preponderante para a coesão da economia do espaço em observação.

Sobre dinâmica econômica, Terci, Goulart e Otero (2017) orientam que a questão esteve condicionada nas últimas décadas por quatro ordens de influência, a saber: (i) pela derrocada do desenvolvimento que caracterizou a condução da política econômica desde os anos 1930, sob o auspício do Estado nacional; (ii) pela inserção internacional brasileira a partir dos anos 1990, que promoveu abertura comercial e

financeira, privatização, desregulamentação dos mercados e intenso processo de reestruturação produtiva, (iii) pela política de estabilização da moeda apoiada no manejo da taxa de juros e na ancora cambial (Plano Real); e (iv) pelas tentativas recentes de retomada do crescimento econômico através de políticas públicas sociais e setoriais.

Um melhor entendimento sobre a questão pode ser verificado na trajetória econômica, através dos estudos de Perroux (1967), Myrdal (1957), Hirschman (1958) e (North,1977). A preocupação com o subdesenvolvimento dirigiu os esforços desses estudiosos para a avaliação da dinâmica regional na busca de solução para o problema.

Apesar do avanço no campo da pesquisa, ainda existem espaços de debate sobre a questão. A realidade da desigualdade socioeconômico que aprofunda a pobreza nos dias atuais, motivou este artigo. Primeiro através da visão que resgata o fundamento da base econômica como pilar do desenvolvimento regional. Ou seja, o conhecimento sobre a dinâmica econômica local/regional deve anteceder a condição de desenvolvimento econômico (Furtado, 1974).

Um segundo aspecto importante diz respeito aos elementos relacionados a escala e a gestão de outras necessidades fundamentais e impulsionadoras da competitividade do espaço. Ou seja, é preciso considerar o território como unidade de produção no contexto da visão sistêmica multi e interdisciplinar (Becattini, 1979).

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo construir as bases de uma estrutura metodológica de índices compostos, orientado em Nardo (2005), visando um melhor entendimento sobre o padrão de dinâmica econômica local. Diferente do esforço de medir o desenvolvimento, aqui o foco está dirigido para a identificação da dinâmica econômica local, relativa à riqueza gerada em cada espaço.

O mesmo diagnóstico é que vai permitir o desenho de políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico. Assim, o necessário entendimento sobre a dinâmica econômica local antecede a instalação do processo de desenvolvimento local/regional.

A sua contribuição não está na sofisticação estatística e sim na escolha e leitura das variáveis que, de certa forma, tem a capacidade de isolar parcela relevante da riqueza gerada e não fixada internamente. Tal fato pode ser retratado através da riqueza gerada por investimentos exógenos, incorporada na evolução de variáveis, como: emprego total, rendimento do trabalho, PIB, Valor Adicionado Fiscal, dentre outras. (Ribeiro; Hasenclever, 2017 e 2019).

O artigo está organizado a partir da presente introdução no capítulo 1, da revisão bibliográfica no capítulo 2, da metodologia no capítulo 3, da aplicação da metodologia no capítulo 4 e das considerações finais no capítulo 5.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção são apresentados resultados de algumas pesquisas sobre os esforços de construção de índices, especialmente para aferir o nível de desenvolvimento econômico em países e regiões.

Ao longo do tempo, diferentes índices surgiram com o propósito de verificar o nível de desenvolvimento econômico e combater a desigualdade, inicialmente entre as nações e, posteriormente, com desdobramentos para regiões e municípios. O Produto Nacional Bruto - PNB, representando a soma de todos os bens e serviços, enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos, foi criado por Simon Kuznets em 1937 (Cunha, 2018).

Posteriormente o Produto Interno Bruto - PIB, representando o valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtivas, complementou a criação de Simon Kuznets (1937).

Como desdobramento o PIB per capita, representado pelo resultado do PIB real dividido pela população, passou a ter aceitação geral por eliminar arbitrariedade presentes nos índices anteriores (Cunha, 2018).

As críticas metodológicas a esses índices, por apresentar dificuldades para captar o fator de desigualdade entre as nações, fez surgir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado por três pilares: Longevidade, Educação e nível de renda (PIB per capita). Os seus idealizadores foram o paquistanês Mahbud ul Haq e o indiano Amartya Sen.

Dentre outras tentativas metodológicas publicadas na literatura, uma muito utilizada no Brasil é o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM. A sua criação é de 2008 e seu objetivo é monitorar anualmente o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considerando as diferentes realidades dos municípios. Metodologicamente o índice pondera três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego e Renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2022).

No contexto de tal evolução pode-se constatar consenso entre economistas e profissionais de diferentes áreas, no que diz respeito a insatisfação relativa ao uso do PIB per capita, IDH, dentre outros, como indicador de desenvolvimento. Críticas como a dificuldade de captar a desigualdade pelo PIB per capita e a incapacidade do IDH de captar o dinamismo de algumas regiões ou municípios, motivou a ampliação das mesmas dimensões na busca de melhores resultados de crescimento e dinamismo nas economias locais (Cruz, *et al.*, 2011).

Os autores trabalharam em uma proposta de indicadores baseados em características de desenvolvimento humano, econômico, fiscal e bancário e de dinamismo dos municípios. O objetivo foi construir um indicador geral capaz de captar a polaridade ou a centralidade dos municípios e classificá-los segundo o desempenho de cada um. Os resultados indicaram que as contradições intrínsecas aos índices de base permaneceram presentes.

Apesar dos esforços substanciais no sentido da formulação de índices que melhor retratem a realidade econômica da unidade analisada, com o propósito da orientação de políticas para redução da desigualdade, o problema persiste e as regiões pobres só se afastam das regiões mais ricas.

Um melhor entendimento sobre as dificuldades oriundas desse processo pode acentuar com auxílio de Marshall (1982). Ele orienta para o fato de que se desejamos entender o motivo pelo qual as condições de vida de uma enorme parcela da população ficam abaixo do aceitável, devemos olhar para fatores microeconômicos ligados a competência dos esforços produtivos no contexto da comunidade em atenção.

Já Furtado (1974) indica que é possível postular que o desenvolvimento econômico seja sustentado sob aspectos humanos e ambientais e fruto de condições quantitativas relacionadas a saúde (não só longevidade, mas qualidade da assistencial), educação (não só quantidade de matrícula ou anos estudados, mas a qualidade da educação e nível de qualificação do capital humano) e distribuição de renda além do PIB per capita, através de oportunidade de emprego e renda (atração e/ ou fixação de empresas e incentivo à atividade empreendedora).

Complementa o autor que a crença de um desenvolvimento econômico baseado em crescimento, fruto da expansão do consumo, constitui-se no “mito do progresso” que dominava o pensamento econômico das econômicas centrais e que teimava em se expandir como solução para as economias periféricas.

Ainda, deve-se considerar que a evolução econômica no interior destes sistemas precede o desenvolvimento. A dinâmica econômica e o ajuste produtivo dependem das decisões de investimento e localização de atores econômicos e fatores de atração de cada território (Segura; Ortega, 2004).

Buarque (2022) resgata a discussão de Celso Furtado sobre o Nordeste brasileiro, na qual afirma que o caráter assistencial de transferência de renda não tem quase nenhum efeito sobre a estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema. Nesse caso, a baixa competitividade do sistema econômico regional se constitui como o seu principal problema.

A presente reflexão leva a necessidade de diagnósticos mais assertivos sobre a dinâmica econômica local e, conseqüente, limitadores competitivos. Os indicadores normalmente utilizados na avaliação da economia local deixam escapar informações fundamentais.

Na pesquisa recente de Ribeiro e Hasenclever (2019) sobre a capacidade de absorção de externalidades positivas geradas por grandes projetos no estado do Rio de Janeiro, os resultados são preocupantes. O forte afluxo de capitais canalizado para o estado (petróleo quase meia décadas) e infraestrutura portuária (quinze anos), não foram suficientes para mudar as características de subdesenvolvimento da região prioritariamente envolvida. Mesmo podendo ser observado um crescimento consistente no emprego, nas receitas correntes municipais, valor adicionado, fiscal, dentre outras variáveis.

3 METODOLOGIA

O Índice Dinâmica Econômica Local - INDEL foi pensado estruturalmente a partir de cinco variáveis (Investimento Público, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço - ICMS, Emprego e Renda no Comércio, Movimentação Bancária e Vulnerabilidade (-1), os quais, na percepção do autor, mostram a efetiva movimentação econômica do local de investigação. Variáveis tradicionalmente utilizadas em outras metodologias, tais como: emprego total, renda, PIB etc., são isoladas (não consideradas), já que em muitos casos mascaram a dinâmica econômica local. Como exemplo, pode-se observar os municípios que se destacam nas atividades de petróleo e de portos que confirmam a presente afirmativa (Ribeiro; Rovere, 2023).

Nesse contexto, considera-se que a dinâmica econômica local é função do investimento público, do ingresso de ICMS, do emprego e renda no comércio, da movimentação bancária e da mão de obra complementar a parcela em condição de vulnerabilidade. A estrutura do Índice de Dinâmica Econômica Local (INDEL) é apresentado a seguir.

3.1 Índice de Dinâmica Econômica Local – INDEL

$$INDEL_{i,t} = IndInvPub_{i,t} + IndICMS_{i,t} + IndEmpRCom_{i,t} + IndMovBanc_{i,t} + IndVunerab_{i,t}^{-1} \quad (i)$$

$$IndInvPub_{i,t} = \frac{InvPub_{i,t}}{reccor_{i,t}/0,20} + \frac{InvPub}{\frac{VAF}{0,20 \times Reccor/VAF}} + \frac{InvPub_{med}}{0,20} + \frac{InvPub}{dot.orç/100} / 4 \quad (ii)$$

$$IndICMS_{i,t} = \frac{ICMS_{i,t}}{reccor/CtBr} + \frac{ICMS_{i,t}}{CtBr \times Reccor/TransfCor} + \frac{ICMS_{i,t}}{\frac{VAF}{CtBr \times Reccor/VAF}} + \frac{ICMS_{i,t}}{dot.orç/100} / 4 \quad (iii)$$

$$IndEmpRCom_{i,t} = \frac{\frac{EmpRCom}{EmpTot}}{\frac{EmpRComBr}{EmpTotBr}} + \frac{\frac{RendCom}{RendTot}}{\frac{RendComBr}{RendTotBr}} / 2 \quad (iv)$$

$$IndMovBanc_{i,t} = \frac{Cred}{Ativo/0,50} + \frac{Dept}{Pass/0,50} / 2 \quad (v)$$

$$IndVunerab_{i,t}^{(-1)} = \frac{\frac{PopDep}{PopApta^{(-1)}}}{\frac{PopDepBr}{PopAptaBr^{(-1)}}} \quad (vi)$$

Descrição dos índices:

$IndInvPub_{i,t}$ = Valor do gasto em investimento público municipal como participação relativa das receitas correntes realizadas no ano referência para o município definido.

$IndICMS_{i,t}$ = Valor do ingresso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços como participação relativa das receitas correntes realizadas no ano referência para o município definido.

$IndEmpRCom_{i,t}$ = Estoque de emprego formal e rendimento no comércio como participação relativas do emprego e renda total do ano referência para o município definido.

$IndMovBanc_{i,t}$ = Movimentação dos recursos intangíveis do município i, considerando depósitos (vista, prazo e poupança) e créditos em relação ao ativo/passivo bancário no ano referência.

$IndVunerab_{i,t}^{-1}$ = grupo de indivíduos assistido pelos benefícios sociais federais como participação relativa do grupo da população apto ao trabalho - faixa etária de 16 aos 59 anos (-1) no ano referência pelo município definido.

Na apresentação algébrica do método, a apuração tem natureza relativa à estrutura de receitas municipais realizadas e são definidos padrões para comparação com os resultados reais apurados.

O índice de investimento público tem como primeiro elemento a participação relativa do gasto em investimento sobre as receitas correntes, comparado ao padrão de 20% considerado pela literatura como percentual médio de investimento no PIB. O segundo elemento mede a relação do investimento com o valor adicionado fiscal comparado ao padrão do investimento a 20% das receitas correntes. O terceiro elemento é a média do investimento a partir de 2001, comparada ao padrão de 20% das receitas correntes. O quarto elemento é a relação do investimento realizado sobre a dotação orçamentária. O índice médio é a divisão dos elementos por 4.

O índice de ICMS tem em como primeiro elemento a relação do valor do ICMS sobre as receitas correntes e o padrão de comparação é a carga tributária brasileira. O segundo elemento é a relação do ICMS nas transferências correntes e o padrão de comparação é a relação da carga tributária do país nas receitas correntes, dividido pelas transferências correntes. O terceiro elemento é medido pela relação do ICMS no valor adicionado fiscal e o padrão de comparação é a relação da carga tributária do país nas receitas correntes, dividido pelo valor adicionado fiscal. O quarto elemento é a relação do ICMS realizado sobre a dotação orçamentária e a média é a divisão dos elementos por 4.

O índice de emprego e renda no comércio tem como primeiro elemento a relação do emprego no comércio sobre o emprego total e o padrão de comparação é a relação do emprego no comércio do país sobre o emprego total do país. O segundo elemento é a relação da renda do trabalho no comércio sobre a renda do trabalho total e o padrão de comparação é o rendimento do trabalho no país sobre o rendimento do trabalho total no país. O índice médio é a divisão dos elementos por 2.

O índice de movimentação bancária considera a relação do crédito no ativo e confronta com o padrão de 50% que é a média do país. Os depósitos (vista, prazo e poupança) são medidos pela relação com o passivo e confrontado com 50% que é a média do país. O índice médio é a divisão dos elementos por 2.

O índice de vulnerabilidade considera o grupo de indivíduos assistido pelos benefícios sociais federais como participação relativa do grupo da população apto ao trabalho (faixa etária de 16 aos 59 anos) e confrontado com o mesmo indicador do país.

Finalmente, a escala de medição das ponderações em cada unidade de análise varia no espaço de 0 a 1 e tem a seguinte divisão.

Alta dinâmica: resultados superiores a 0,8 ponto

Dinâmica moderada: resultados compreendidos entre 0,6 e 0,8 ponto.

Dinâmica regular: resultados compreendidos entre 0,4 e 0,6 ponto.

Baixa dinâmica: resultados inferiores a 0,4 ponto.

Os dados foram captados de organismos oficiais, como: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (emprego e renda no comércio); Tribunal de Contas do estado do Rio de Janeiro (investimento e receitas correntes); Secretaria estadual de Fazenda (receitas correntes, imposto sobre circulação de mercadorias e serviços, transferências correntes, valor adicionado fiscal, investimento); Banco Central do Brasil (depósitos bancários, operações de crédito, Ativo e Passivo); Portal da Transparência Federal (benefícios ao cidadão) e Tribunal Eleitoral Regional (população apta ao trabalho por faixa etária), no ano referência 2021.

3.2 Espaço de aplicação da metodologia

A mesorregião Norte Fluminense foi escolhida como laboratório para o primeiro teste da metodologia. A sua estrutura é composta por nove municípios que são apresentados com a sua população e valor adicionado fiscal no ano de 2021, conforme a tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Relação de municípios da mesorregião Norte Fluminense e dados de população e valor adicionado fiscal no ano de 2021.

Municípios	População	Valor Adicionado Fiscal
Campos dos Goytacazes	514.643	13.788.512.010,54
Carapebus	16.859	852.731.029,07

Cardoso Moreira	12.818	91.712.238,19
Conceição de Macabu	23.561	107.994.606,93
São Fidélis	38.749	255.052.713,82
Quissamã	25.535	6.555.646.024,88
Macaé	266.136	20.274.651.225,00
São Francisco de Itabapoana	42.214	703.350.508,49
São João da Barra	36.731	5.425.312.285,08

Fonte: Elaboração própria em base no IBGE (população) e SEFAZ-RJ (valor adicionado fiscal).

4 APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

O processo de desenvolvimento metodológico é apresentado a seguir, onde os cálculos são operacionalizados ao longo de todo o estágio para o município de Campos dos Goytacazes, relativos ao ano de 2021.

Desenvolvimento metodológico

4.1 Investimento Público	padrão máximo	valor real
4.1.1 percentual das receitas correntes realizadas	20,00%	0,39%
4.1.2 Percentual do valor adicionado fiscal	3,39%	0,07%
4.1.3 Taxa média do período 2001 a 2021	20,00%	13,38%
4.1.4 Percentual da dotação orçamentária	100,00%	9,93%

4.2 Investimento público (ponderação de indicadores para o ano de 2021)

Índice de Dinâmica Econômica (INDEL) = valor real / padrão máximo

INDEL	Resultado	Média ponderada
4.2.1 (0,39 / 20,00)	0,0195	0,2021 <i>Baixa dinâmica</i>
4.2.2 (0,07 / 3,39)	0,0206	
4.2.3 (13,38 / 20,00)	0,6690	
4.2.4 (9,93 / 100,00)	0,0993	

4.3 ICMS	padrão máximo	valor real
4.3.1 percentual das receitas correntes realizadas	33,90%	17,07%
4.3.2 percentual das transferências correntes	42,94%	21,62%
4.3.3 percentual do valor adicionado fiscal	5,74%	2,89%
4.3.4 Percentual da dotação orçamentária	100,00%	130,70%

INDEL	Resultado	Média ponderada
4.3.5 (17,07 / 33,90)	0,5035	0,70435 <i>Dinâmica moderada</i>
4.3.6 (21,62 / 42,94)	0,5034	
4.3.7 (2,89 / 5,74)	0,5035	
4.3.8 (130,70 / 100,00)	1,3070	

4.4 Emprego e Renda no Comércio	padrão máximo	valor real
4.4.1 percentual do emprego total	19,54%	26,90%
4.4.2 percentual da renda total	13,25%	18,21%

INDEL	Resultado	Média ponderada
4.4.3 (26,90 / 19,54)	1,3766	1,37545 <i>Alta dinâmica</i>
4.4.4 (18,21 / 13,25)	1,3743	

4.5 Movimentação Bancária	padrão máximo	valor real
4.5.1 Operações de crédito no Ativo	50,00%	25,42%
4.5.2 Depósitos no Passivo	50,00%	37,88%

INDEL	Resultado	Média ponderada
4.5.3 (25,42 / 50,00)	0,5084	0,6330 <i>Dinâmica moderada</i>
4.5.4 (37,88 / 50,00)	0,7576	

4.6 Vulnerabilidade (-1)	padrão máximo	valor real
4.6.1 Percentual da população complementar	36,09%	26,56%

INDEL	Resultado	Média ponderada
4.6.2 (26,56 / 36,09)	0,7359	0,7359 (<i>Dinâmica moderada</i>)

Média ponderada total em Campos dos Goytacazes

INDEL total médio: 0,73016 (dinâmica moderada)

A tabela a seguir apresenta os resultados consolidados dos nove municípios da região Norte Fluminense.

Tabela 2 - Consolidados dos Municípios da Região Norte Fluminense.

Índice de Dinâmica Econômica Local - INDEL (2021)						
Municípios	InvPub	ICMS	EmpRCom	MovBanc	Vulnerab (-1)	média
São Fidélis	0,0680	0,7344	1,5541	0,8042	1,0288	0,8379
Carapebus	0,0826	0,8588	0,6006	1,0817	1,5511	0,8350
Cardoso Moreira	0,1601	1,3906	1,0524	0,4278	1,0535	0,8274
Quissamã	0,2594	0,8460	0,4983	0,7052	1,5507	0,7719
Conceição de Macabu	0,2219	0,8618	0,9844	0,7741	0,9850	0,7645
Campos Goytacazes	0,2021	0,7044	1,3755	0,6330	0,7359	0,7302
Macaé	0,2440	0,5880	0,4320	0,7083	1,2835	0,6512
São Francisco Itabapoana	0,2002	0,7796	1,3254	0,7061	0,2134	0,6449
São João da Barra	0,0916	0,7464	0,2611	0,7766	0,9953	0,5742

Fonte: Elaboração própria.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

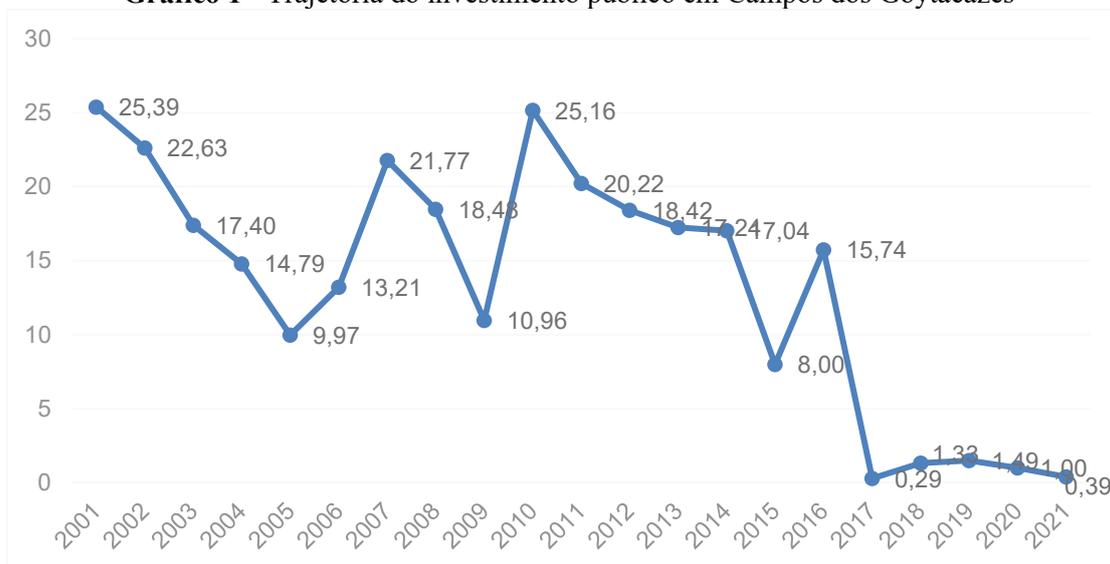
Conforme metodologia estabelecida, os municípios foram comparados através da aplicação dos recursos públicos em investimento, do ingresso de arrecadação de Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da movimentação do emprego e renda no comércio, da movimentação bancária e através do estoque de mão de obra complementar a parcela da mão de obra dependente dos benefícios sociais em cada local.

Em relação ao investimento público, todos os municípios apresentaram forte dificuldade na alocação das receitas correntes neste gasto. Como trata-se de alocação de longo prazo e ativada, a dificuldade na elaboração de projetos pode ter tido papel fundamental.

Uma observação importante em relação a Campos dos Goytacazes é no investimento médio das últimas duas décadas. O município atingiu o coeficiente 0,6690 o mais alto entre todos os municípios. Isso quer dizer que considerando o padrão máximo de 20% de investimento, o município chegou a 13,38% de média no período. O

gráfico a seguir mostra a evolução da taxa de investimento público sobre as receitas correntes no município.

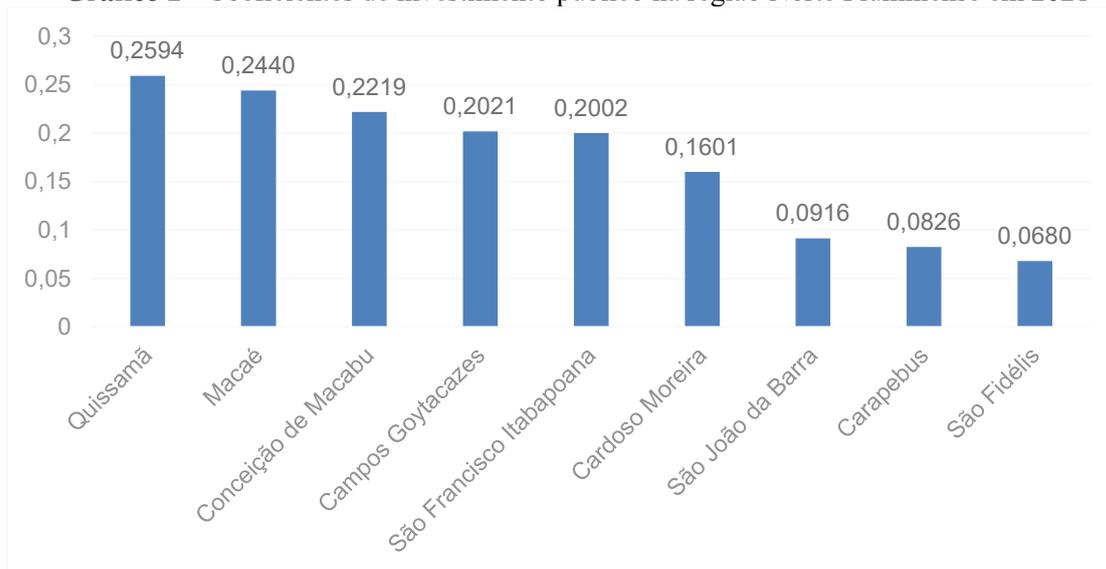
Gráfico 1 - Trajetória do investimento público em Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaboração Própria (2023).

O gráfico 2 a seguir apresenta os coeficientes médios nos nove municípios da região. Na escala de 0 a 1 para o ano de 2021, Quissamã com um coeficiente de 0,2594 e Macaé com um coeficiente 0,2440 superaram os demais municípios. Já São Fidélis apresentou o coeficiente mais reduzido de 0,0680. Podemos afirmar que o maior coeficiente de Quissamã representou um nível de eficiência de somente 26% no contexto da escala de avaliação.

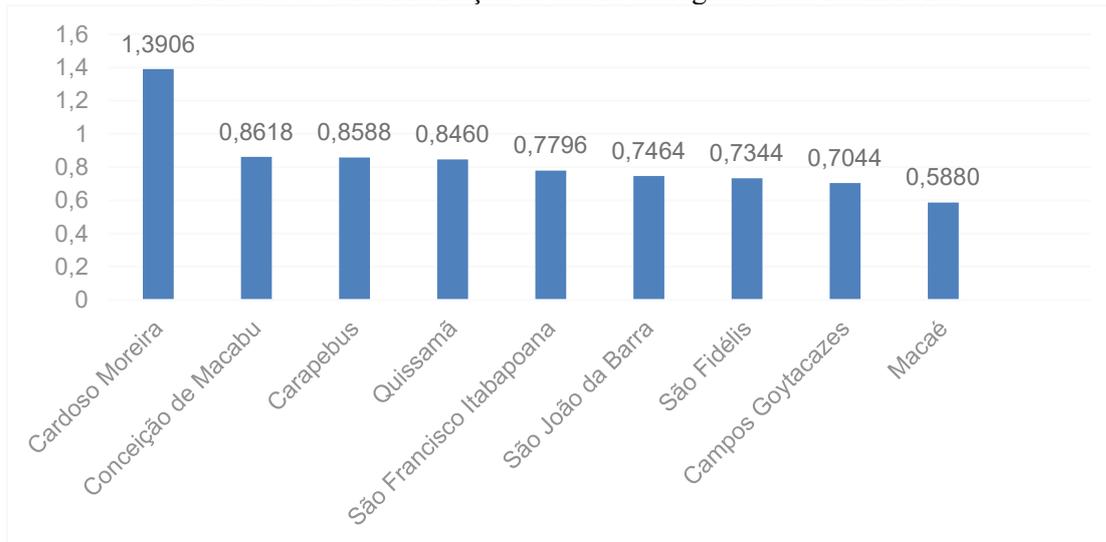
Gráfico 2 - Coeficientes de investimento público na região Norte Fluminense em 2021



Fonte: Elaboração própria (2023).

No segundo índice de ICMS, representado pela movimentação econômica de compra e venda no local, em termos relativo a estrutura de cada sistema, os municípios apresentaram melhores resultados. Cardoso Moreira atingiu o maior coeficiente 1,3906 seguido por Carapebus com coeficiente 0,8588. O município com o menor coeficiente 0,5880 foi Macaé. O gráfico 3 a seguir apresenta os coeficientes médios nos nove municípios da região. Cardoso Moreira atingiu o maior coeficiente 1,3906 seguido por Carapebus com coeficiente 0,8588. O município com o menor coeficiente 0,5880 foi Macaé.

Os dois exemplos mostram bem o conceito de produtividade econômica, ou seja, a correlação entre receitas correntes realizadas e valor do ICMS transferido pelo estado. A receita de ICMS é função do que é adicionado pelo município no sistema econômico anualmente.

Gráfico 3 - Movimentação de ICMS na região Norte Fluminense

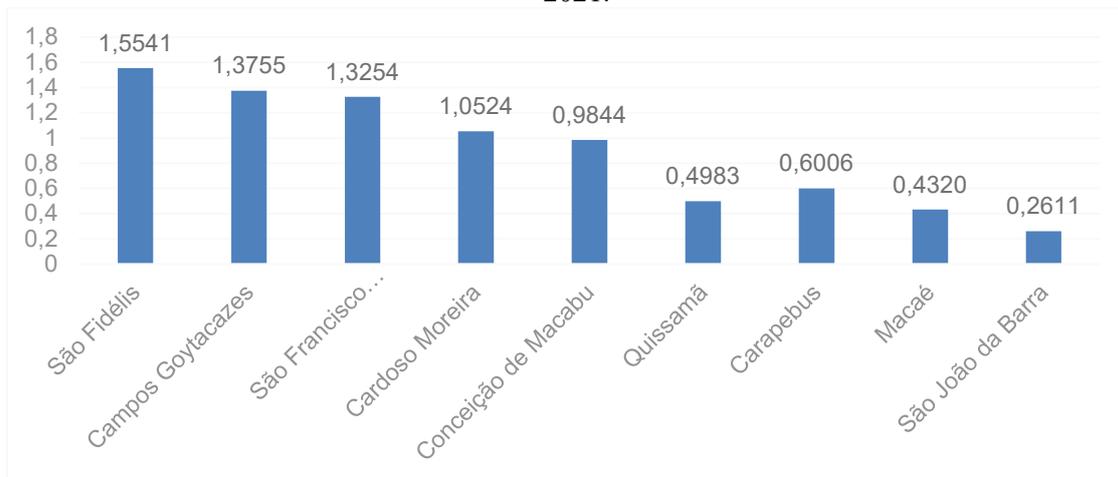
Fonte: Elaboração própria.

Importante observar que são dois municípios pequenos. Carapebus é produtor de petróleo e registrou receitas correntes per capita de R\$9.939,94 em 2021, enquanto Cardoso Moreira que não é produtor de petróleo registrou receitas correntes per capita de R\$6.650,61 no mesmo ano.

Como pode-se observar os coeficientes nestes municípios superaram os de municípios mais bem aquinhoados na região, chamando atenção inclusive para o resultado mais baixo de 0,5850 registrado em Macaé, município importante e produtor de petróleo.

O peso das rendas auferidas no setor de petróleo e a dificuldade de fixar parte importante localmente pode gerar distorções. Como o nosso interesse é verificar a dinâmica interna na proporção da riqueza fixada, pode parecer estranho os resultados aqui apresentados, mas é uma realidade.

O terceiro índice nos remete ao emprego e renda no comércio. Como já indicado anteriormente, o emprego total em função da sua metodologia pode mascarar a movimentação econômica local. A atividade petrolífera mostra bem isso. O trabalhador é registrado em uma empresa com endereço em Macaé, mas mora em outro estado. O emprego está contabilizado em Macaé, mas a sua renda em parte vai para a origem do seu domicílio. Já o emprego e a renda no comércio local refletem a dinâmica econômica no mesmo local, daí a escolha deste indicador. O gráfico 4 apresenta os coeficientes médios nos nove municípios da região.

Gráfico 4 - Coeficientes de Emprego e Renda no Comércio na Região Norte Fluminense em 2021.

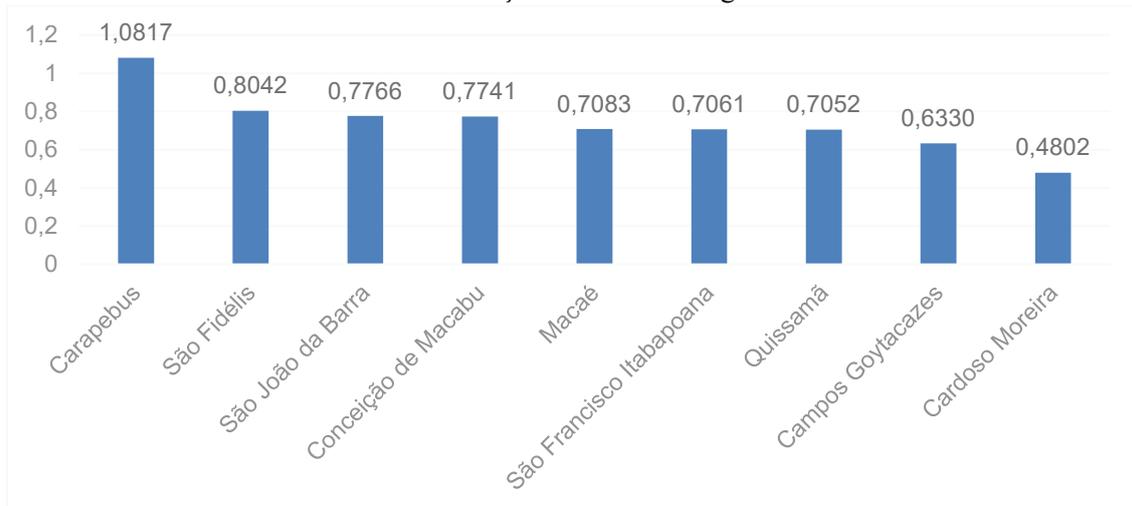
Fonte: Elaboração própria (2023).

Nesse índice os municípios com destaque são: São Fidélis, Campos dos Goytacazes e São Francisco do Itabapoana. Campos é município polo da região Norte Fluminense e atrai moradores dos municípios menores do seu entorno, em função de um comércio mais dinâmico e oferta de bens e serviços diversos com demanda consistente na região. A relação do emprego e renda no comércio em 26,90% e 18,21% em relação ao total, superou a mesma relação no país.

Já São Fidélis com 27,42% e 22,59%, consecutivamente e São Francisco de Itabapoana com 23,43% e 18,62% em relação ao emprego e renda total, apresentam características parecidas, ou seja, nos dois municípios o setor agropecuário apresenta consistente capacidade geradora de renda, parte importante na informalidade, que alimenta a dinâmica do comércio, gerando forte demanda de trabalhadores para o setor na proporção com o emprego total.

Entretanto o município de São João da Barra, sede do porto do Açú e produtor de petróleo, apesar de se destacar no emprego total com um estoque de 11.625 vínculos, o setor de comércio apresentou o pior resultado relativo entre os municípios da região. Um caso típico de dificuldade de fixar localmente a riqueza gerada.

O quarto índice apresenta a média da movimentação bancária, mais especificamente as operações de crédito e a movimentação de depósitos (vista, prazo e poupança). O gráfico 5 apresenta os coeficientes médios de movimentação bancária nos nove municípios da região.

Gráfico 5 - Indicadores de movimentação Bancária na região Norte Fluminense em 2021.

Fonte: Elaboração própria.

Os municípios de Carapebus e São Fidélis aparecem como destaques. Uma observação importante diz respeito a informalidade das atividades agropecuárias que movimentam recursos e dinamizam a atividade bancária e o comércio local. Os dois municípios apresentam essa característica que pode ser observada na movimentação das operações de crédito e nos depósitos de poupança em ambos locais. Carapebus apresenta uma movimentação de crédito correspondente a 46,63% do ativo bancário local e 93,26% da taxa média nacional. No caso dos depósitos a relação é de 61,54% do passivo total local, com destaque para a poupança com participação de 42,6% em relação ao total do passivo.

O município de São Fidélis apresenta uma movimentação de crédito correspondente a 36,79% do ativo bancário local e 73,58% da taxa média nacional. No caso dos depósitos a relação é de 43,63% do passivo total local, com destaque para a poupança com participação de 35,9% em relação ao total do passivo.

Já o município de Cardoso Moreira apresenta o menor coeficiente de movimentação bancária de 0,4802, em função do baixo volume demandado por crédito. A participação da movimentação de crédito correspondeu a somente 0,44% do ativo bancário local em 2021, enquanto os depósitos (incluído poupança) representou 42,34% do passivo bancário local no mesmo ano.

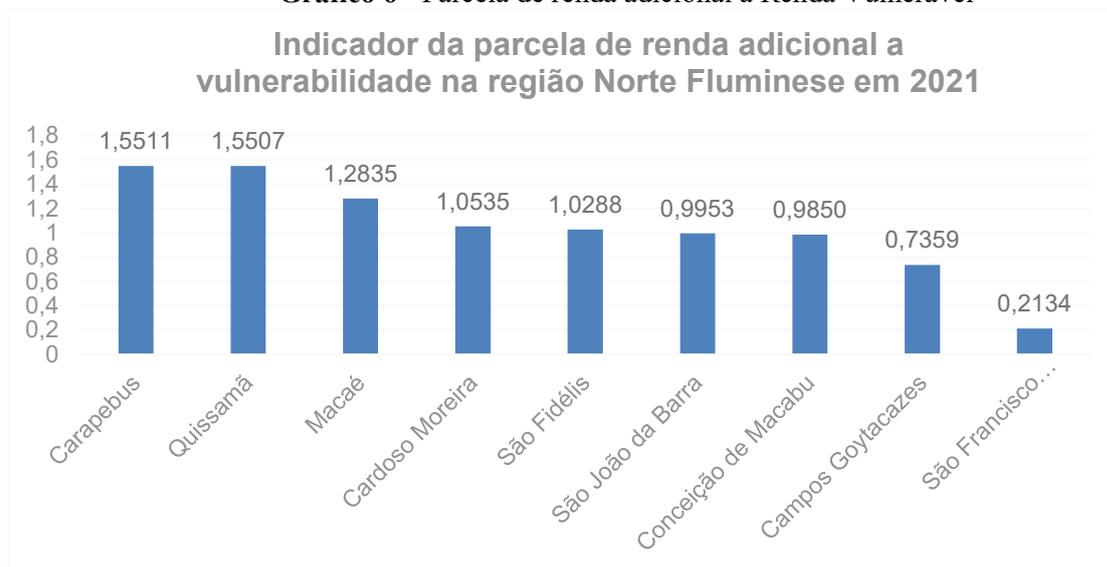
O quinto índice apresenta o estoque de vínculos formais complementar a parcela de vínculos dependentes dos benefícios sociais nos municípios da região. Cinco municípios se destacam com índices acima do padrão máximo de 37% referentes a

média do país. São eles: Carapebus 1,551; Quissamã 1,5507; Macaé 1,2835; Cardoso Moreira 1,0535 e São Fidélis 1,0288.

O município de São Francisco do Itabapoana apresenta o menor índice de 0,2134 que equivale a 21,3% do padrão máximo definido. O município, cuja base econômica é agropecuária, registra elevado padrão de informalidade, fato que qualifica parte importante da população apta ao trabalho, ou seja, 92,3% aos benefícios sociais do Governo Federal.

Apesar da pobreza aparente, muitos desses beneficiários são pequenos proprietários de terra com produção que gera renda de subsistência. Desta forma o município tem o maior nível relativo de beneficiários classificados como vulneráveis e, conseqüentemente, o menor nível de renda adicional considerada como índice de medida da dinâmica econômica local. O gráfico 6 a seguir, apresenta os mesmos índices.

Gráfico 6 - Parcela de renda adicional a Renda Vulnerável



Fonte: Elaboração própria.

Na tabela a seguir é apresentada a classificação dos nove municípios da região Norte Fluminense, segundo o ranking dos coeficientes médios de dinâmica econômica local e segundo o ranking do valor adicionado fiscal per capita para o ano de 2021.

Tabela 3 - Municípios da região Norte Fluminense.

Índice de Dinâmica Econômica Local - INDEL (2021)							INDEL	VAP pc
Municípios	InvPub	ICMS	EmpRCom	MovBanc	Vulnerab (-1)	média	class	class
São Fidélis	0,0680	0,7344	1,5541	0,8042	1,0288	0,8379	1º	4º
Carapebus	0,0826	0,8588	0,6006	1,0817	1,5511	0,8350	2º	8º
Cardoso Moreira	0,1601	1,3906	1,0524	0,4278	1,0535	0,8274	3º	9º
Quissamã	0,2594	0,8460	0,4983	0,7052	1,5507	0,7719	4º	1º
Conceição de Macabu	0,2219	0,8618	0,9844	0,7741	0,9850	0,7645	5º	6º
Campos Goytacazes	0,2021	0,7044	1,3755	0,6330	0,7359	0,7302	6º	5º
Macaé	0,2440	0,5880	0,4320	0,7083	1,2835	0,6512	7º	3º
São Francisco Itabapoana	0,2002	0,7796	1,3254	0,7061	0,2134	0,6449	8º	7º
São João da Barra	0,0916	0,7464	0,2611	0,7766	0,9953	0,5742	9º	2º

Fonte: Elaboração própria.

Na comparação entre os municípios com maior valor adicionado fiscal per capita e os com melhor posicionamento em termos de dinâmica econômica em termos relativo, alguns resultados surpreendem. Por exemplo, Quissamã é o município com o maior valor adicionado fiscal per capita correspondente a R\$256.731,78 ano, porém ocupa o quarto lugar em dinâmica econômica com um índice de 0,7719 ou dinâmica econômica moderada.

São João da Barra registrou o segundo maior valor adicionado fiscal per capita, correspondente a R\$147.703,91 ano, porém ficou em nono lugar com o índice 0,5742 de dinâmica econômica local, segundo a escala uma dinâmica regular.

Macaé registrou o terceiro maior valor adicionado fiscal per capita de R\$76.181,54 ano, mas na sétima posição do ranking de dinâmica econômica com o coeficiente 0,6512 ou dinâmica moderada.

O quarto valor adicionado fiscal per capita de R\$50.580,16 ano foi registrado em Carapebus que ficou em segundo lugar em dinâmica econômica com um coeficiente 0,8350 ou alta dinâmica.

O quinto valor adicionado fiscal per capita de R\$26.798,38 foi registrado em Campos dos Goytacazes que ficou em sexto lugar em dinâmica econômica com coeficiente 0,7302 ou dinâmica moderada.

O sexto valor adicionado fiscal per capita de R\$26.455,77 foi registrado em Conceição de Macabu que ficou em quinto lugar em dinâmica econômica com coeficiente 0,7645 ou dinâmica moderada.

O sétimo valor adicionado fiscal per capita de R\$16.661,25 foi registrado em São Francisco de Itabapoana que ficou em oitavo lugar em dinâmica econômica com coeficiente 0,6449 ou dinâmica moderada.

O oitavo valor adicionado fiscal per capita de R\$6.574,54 foi registrado em São Fidélis que ficou em primeiro lugar em dinâmica econômica com coeficiente 0,8379 ou alta dinâmica.

O nono valor adicionado fiscal per capita de R\$7.154,96 foi registrado em Cardoso Moreira que ficou em terceiro lugar em dinâmica econômica com coeficiente 0,8274 ou alta dinâmica.

Os resultados oriundos da presente análise indicam que os três municípios mais bem colocados em termos de dinâmica econômica local são pequenos, dos quais um é produtor de petróleo e dois não. A questão é que seguindo o conceito de produtividade, fazer mais com menos é melhor.

Uma reflexão importante que fica neste estudo diz respeito a expectativa de crescimento, desenvolvimento, evolução econômica, ou qualquer outra terminologia usada, especialmente nos municípios produtores de petróleo ou sede de grandes projetos como portos etc.

Muitas intenções de projetos grandiosos são divulgados correntemente pelos meios de comunicação, prometendo consistentes transformações a partir da geração de emprego, renda e tributos. A história, entretanto, não tem materializado tais expectativas, enquanto continuamos insistindo nessa crença e abandonando as opções internas. Estas, por sua vez, possibilitariam um maior controle dos resultados pelo exercício do planejamento dirigido para a cura dos problemas graves como os diagnosticados no presente estudo.

Ainda, um aprendizado que fica para as nossas reflexões está no seguinte questionamento: Até que ponto orçamentos públicos aumentados, crescimento do valor agregado, aumento do emprego total, garantem uma melhor dinâmica econômica e, conseqüente, possibilidades de melhoria de vida da população nos seus territórios?

Agradecimentos:

A Faperj pelo financiamento do projeto NUPERJ, através do processo: 211.840/2021. Aos professores do Leprod-UENF: Dr. José Ramón Arica Chavez e Dr. Carlos Leonardo Ramos Pova pelas efetivas contribuições.

REFERENCIAS

ANP - **Agência Nacional de Petróleo**. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br>. Acesso em: 15 out. 2023.

BECATTINI, G. Y RULLANI, E. **Sistemas productivos locales y mercado global, en Información Comercial Española**. No. 754, junio, Madrid, 1996.

BUARQUE, S. Desenvolvimento regional: a agenda perdida. Retomada do Desenvolvimento. Reflexões econômicas para um modelo de crescimento com inclusão social. **Revista de política e cultura**, ano 22, nº 60, 2022.

CAGED - **Cadastro geral de empregados e desempregados**. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 15 out. 2023.

CRUZ, B., OLIVEIRA, C., CASTRO, P. ALBUQUERQUE, P. **Ampliando as dimensões de indicadores compostos municipais: A inclusão da dinâmica Econômica**. Texto para discussão, IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

CUNHA, H. **Desenvolvimento Regional em Perspectiva: Uma análise a partir de fatores locacionais, capital humano e ambiência para inovação**. Editora Baúna - São Paulo, 2018.

FIRJAN - **Federação da Indústria do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://firjan.com.br/pagina-inicial.htm>. Acesso em: 10 nov. 2023.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.

LIMA, Ana Carolina da Cruz; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Teorias clássicas do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica: o caso do Brasil. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano VII, nº 21, Salvador - julho de 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/878>. Acesso em: 1 out. 2023.

IBGE - **Instituto de Geografia e Estatística**. <https://www.ibge.gov.br/>

MARSHALL, Alfred. **Princípios de Economia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MYRDAL, G. **Economic theory and under-developed regions**. Gerald Duckworth & CO. LTD: London, 1957.

NARDO, M. et.al. **Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide**. Paris: OECD, 2005 (OECD Statistics Working Paper).

NORTH, D. C. **Teoria da localização e crescimento econômico regional**. In: Schwartzman, J. Economia regional: textos escolhidos. Cedeplar, Belo Horizonte, 1977.

PERROUX, François. **A Economia do século XX**. Porto: Herder, 1967.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIAS. Disponível em:
<https://portaldatransparencia.gov.br/>. Acesso em: 1 out. 2023.

RIBEIRO, Alcimar; HASENCLEVER, Lia. Externalidades em aglomerações produtivas e capacidade de absorção: estudo de caso em São João da Barra-RJ. **Brazilian Journal of Development**, v. 3, n. 2, p. 291-305, 2017. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/34>. Acesso em: 1 out. 2023.

RIBEIRO, Alcimar; HASENCLEVER, Lia. Investigação sobre a capacidade de absorção de externalidades geradas por grandes projetos no estado do Rio de Janeiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 2, p. 133-145, abril/jun., 2019. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/903>. Acesso em: 1 out. 2023.

SEGURA, C. E ORTEGA, R. **El desarrollo Local en la Globalización**. Economía e Desarrollo, 2004.

SAQUET, M. A. **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (org.) Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Uni-oeste, 2004.

TCE-RJ - Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Disponível em:
<https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/>. Acesso em: 1 out. 2023.

TERCI, Eliane T.; GOULART, Jeferson O.; OTERO, Estevam. Dinâmica econômica e empresariamento urbano em cidades médias sob o impacto da reestruturação produtiva. **Nova Economia**, v. 27 n.1 p.143-172 - 2017. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2825>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores, bem como no que se refere ao uso de imagens.